

A INFLUÊNCIA DAS VARIAÇÕES POPULACIONAIS NOS CURSOS DE NÍVEL MÉDIO: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

THE INFLUENCE OF POPULATIONAL CHANGES IN SECONDARY SCHOOL COURSES: THE CASE OF THE FEDERAL INSTITUTE OF PARANÁ

Gilmar José Hellmann¹

Resumo: Considerando-se a tendência de mudanças na pirâmide populacional do Estado do Paraná até 2030, presume-se que a variação da faixa etária entre 15 e 17 anos ocasionará mudanças para os cursos de ensino médio integrados no Instituto Federal do Paraná. Utilizando-se de indicadores populacionais e educacionais, desenvolvem-se possíveis cenários que impactariam na oferta desse nível de cursos para tal autarquia da Rede Federal de Ensino. Na primeira parte do trabalho, contextualiza-se a demanda populacional em municípios onde há Campus do IFPR. Na segunda parte, detalha-se o problema com dados e informações da demanda populacional para esse nível de ensino, destacando-se a elevação concorrencial entre ofertantes da Rede Pública Estadual e as consequências para o ensino médio regular de formação tecnológica e profissionalizante. Na terceira parte, com a mesma metodologia, sugere-se otimização da estrutura física e humana do IFPR com enfoque em outro público de pessoas que possam ser destinatários do ensino de nível médio, a fim de estarem aptas a prosseguirem na qualificação formal, educacional e profissional. Assim, a autarquia federal corroboraria na realização das metas de eficiência quantitativa e qualitativa do Plano Nacional de Educação e promoveria o desenvolvimento local e regional no Estado do Paraná.

Palavras-chave: Demografia Educacional. Educação Profissional e Tecnológica. Desenvolvimento Local e Regional. Educação Pública.

Abstract: Taking into account the trend of changes in the population pyramid in Paraná State until 2030, it is assumed that the variation in the age group between 15 and 17 will cause changing for Integrated School Courses at the Federal Institute of Paraná. Using populational and educational indicators, they develop possible scenarios that would impact on offer at this level of courses for this authority of the Federal Network of Education. In the first part of the work, the population demand is contextualized in cities where there are campuses of IFPR. The second part details the problem with data and information of the populational demand for this level of education, highlighting the competitive elevation between the offerers from State Public Network and the consequences for the secondary school of technological and professional formation. In the third part, with the same methodology, it is suggested optimization of physical and human structure of IFPR, focusing on other public of people who can be recipients of secondary level of education, in order to be able to progress in a formal, educational and professional qualification. Thus, the government agency would corroborate the achievement of quantitative and qualitative targets of efficiency from the National Plan for Education and would promote the local and regional development in the State of Paraná.

Keywords: Educational Demographics. Professional and Technological Education. Local and Regional Development. Public Education.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócios. Técnico Administrativo Educacional, na função de Administrador - IFPR. E-mail: gilmar.hellmann@ifpr.edu.br_

1 CONTEXTO DA PESQUISA

O presente estudo é consequência intuitiva da iniciativa de pesquisas com indicadores socioeconômicos, fundamentados na proposta do Observatório Regional do IFPR (HELLMANN, 2014). Ao iniciar estudos regionais referentes ao *Campus* Avançado de Astorga, identificou-se possível limitação populacional que pode influenciar o desenvolvimento de algumas atividades de ensino, pesquisa e extensão naquela e em outras unidades educacionais do Instituto Federal do Paraná (IFPR). O término da pesquisa coincidiu também com a divulgação midiática referente à reestruturação de escolas públicas nos Estados de São Paulo (G1, 2015) e Paraná (LOMBA, 2015; PEREIRA, 2015, p. 36-37), cujos motivos seriam também os deslocamentos demográficos.

O trabalho divide-se em três partes. Na primeira, contextualiza-se a mudança do perfil populacional nos limites geográficos do Estado do Paraná e conseqüentemente nas localidades dos *campus* da autarquia. Na segunda, detalham-se os desafios que podem incidir na oferta de cursos de nível médio, sejam integrados, concomitantes ou subsequentes. Na terceira, propõe-se alternativa de público-alvo para o mesmo nível de ensino, atendendo orientações da SETEC², mas influenciando nas ações educacionais do IFPR e no contexto local e regional. A aplicação racional e previsível das informações apresentadas pode contribuir com a execução da missão institucional no desenvolvimento local e regional nas microrregiões da Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

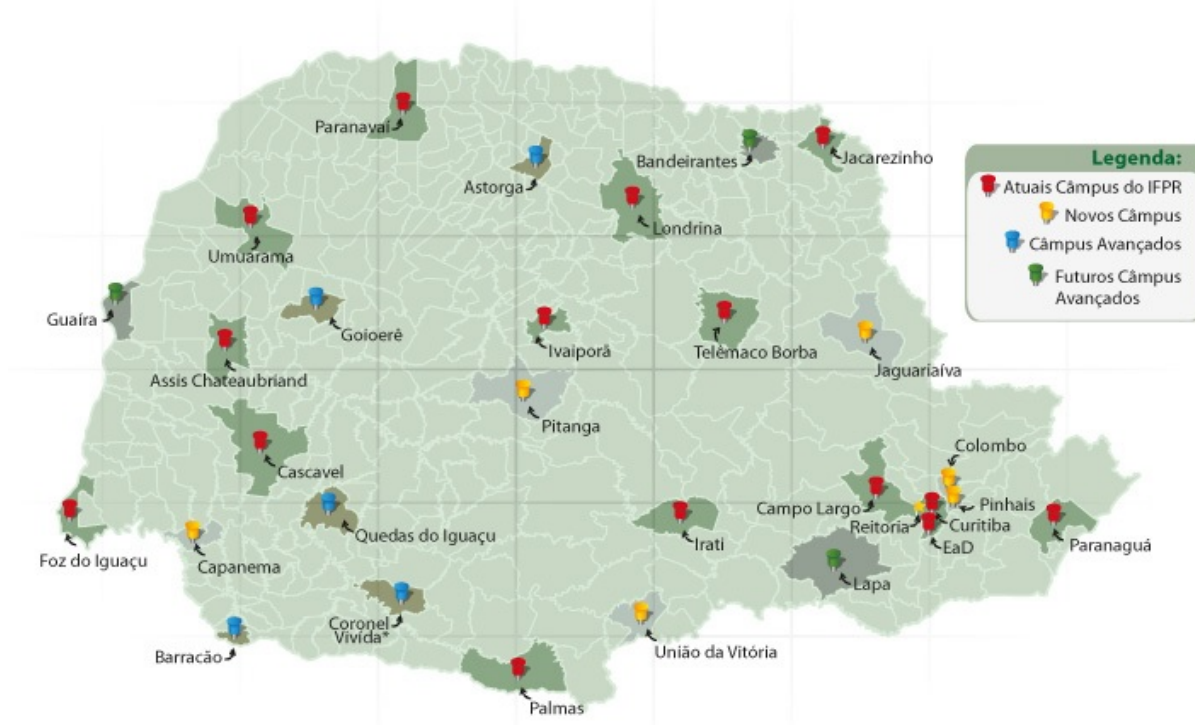
2 INFORMAÇÕES POPULACIONAIS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO IFPR

Estudos preliminares da SETEC, que subsidiaram a reforma da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, abordavam questões populacionais:

² Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Art. 13 do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012). Órgão vinculado ao Ministério da Educação que coordena as atividades da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, ao qual pertencem os Institutos Federais de Educação, segundo Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

A região Sul do Brasil caracterizou-se, nos anos 80, como área de evasão populacional e entre 1991 e 1996 as entradas e saídas de migrantes quase se equilibraram, mantendo-se contudo como área de evasão migratória. O Paraná, nessa mesma década, teve a menor taxa de incremento demográfico entre os estados do Sul, apresentando saldo migratório negativo de quase 500 mil pessoas. No período 1991-1996, o saldo também negativo, foi de 57 mil pessoas. (SETEC, [201?] p. 41)

Figura 1 – Identificação Espacial das Unidades do IFPR no Estado do Paraná



Fonte: IFPR. Adaptação PROPLAN/IFPR

Conclui-se que, por ocasião da formação da Rede Federal³, a SETEC já possuía algum conhecimento de que o Estado do Paraná vinha apresentando, nos últimos vinte anos, taxas de crescimento populacional inferiores às médias do país⁴. Sendo o IFPR uma das autarquias que visam formar e qualificar o conhecimento aplicado, dever-se-ia considerar diferentes correlações entre população, economia e sociedade. Tal conhecimento proativo poderia auxiliar no planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da educação tecnológica dessa autarquia.

³ Denominada de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

⁴ Naquela ocasião, os dados apresentavam relevantes indicadores da economia e do emprego paranaense do início da década. Significa que a mudança no perfil populacional possui vínculos no desempenho socioeconômico paranaense.

2.1 Indicadores Populacionais das Unidades do IFPR

Após meia década do início da reorganização dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, o IPARDES⁵ apresentou recentemente um estudo referente à projeção populacional paranaense até 2030 (SANTOS; MAGALHÃES; DELGADO, 2015). Selecionaram-se municípios previstos para o atendimento das atividades do IFPR e acrescentaram-se outros três indicadores: Taxa de Crescimento Geométrico, Taxa de Envelhecimento e Taxa de Migração. Visualizam-se no Quadro 1, os Índices Populacionais dos municípios sedes das unidades do IFPR, acrescidos de indicadores que possam predominar na estimativa da variação populacional.

Quadro 1 – Indicadores Populacionais das Unidades do IFPR

INDICADORES POPULACIONAIS dos MUNICÍPIOS SEDES das UNIDADES do IFPR								
Indicadores	Variação Populacional (1)			Taxa de Crescimento Geométrico (2)			Taxa de Envelhecimento (3)	Taxa de Migração (4)
	Período	2016	2030	Variação	Total	Urbana	Rural	Geral
Municípios	Pessoas	Pessoas	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual
<i>Estado do Paraná</i>	11.242.720	12.045.491	7,1%	0,89%	1,36%	-1,48%	7,55%	-0,18%
<i>Assis Chateaubriand</i>	33.502	31.083	-7,2%	-0,09%	0,70%	-4,36%	10,66%	-4,54%
<i>Astorga</i>	25.872	25.962	0,3%	0,44%	0,97%	-3,83%	10,05%	0,83%
<i>Barracão</i>	10.227	10.331	1,0%	0,49%	1,87%	-2,31%	7,90%	-4,84%
<i>Campo Largo</i>	127.645	152.333	19,3%	1,93%	2,00%	1,58%	6,10%	3,44%
<i>Capanema</i>	19.082	18.394	-3,6%	0,16%	1,82%	-1,89%	9,69%	-2,97%
<i>Cascavel</i>	318.538	364.345	14,4%	1,55%	1,68%	-0,33%	5,83%	-0,81%
<i>Colombo</i>	236.502	269.258	13,9%	1,51%	1,51%	1,56%	4,57%	8,74%
<i>Coronel Vivida</i>	21.281	18.108	-14,9%	-0,69%	0,47%	-3,03%	9,52%	-8,36%
<i>Curitiba</i>	1.892.242	2.031.494	7,4%	0,99%	0,99%	0,00%	7,55%	-3,16%
<i>Foz do Iguaçu</i>	259.638	240.476	-7,4%	-0,10%	-0,10%	0,52%	5,05%	-8,03%
<i>Goioerê</i>	29.147	26.386	-9,5%	-0,25%	0,28%	-3,18%	9,41%	-8,06%
<i>Iratí</i>	59.798	62.140	3,9%	0,71%	1,35%	-1,45%	7,94%	-1,95%
<i>Ivaiporã</i>	32.165	29.578	-8,0%	-0,14%	0,58%	-3,70%	10,46%	-7,26%
<i>Jacarezinho</i>	39.585	36.483	-7,8%	-0,13%	0,37%	-3,35%	8,29%	-2,78%
<i>Jaguariaíva</i>	34.428	35.177	2,2%	0,58%	0,91%	-1,22%	5,88%	-4,12%
<i>Londrina</i>	555.235	614.603	10,7%	1,26%	1,31%	-0,38%	8,68%	-0,08%
<i>Palmas</i>	49.159	59.779	21,6%	2,11%	2,39%	-0,97%	5,06%	-9,96%
<i>Paranaguá</i>	151.678	162.740	7,3%	0,99%	1,02%	0,18%	5,89%	-2,12%
<i>Paranavaí</i>	86.958	90.719	4,3%	0,75%	1,01%	-3,33%	9,43%	-2,13%
<i>Pinhais</i>	128.385	142.511	11,0%	1,28%	1,51%	0,00%	5,14%	6,50%
<i>Pitanga</i>	31.466	25.849	-17,9%	-0,94%	1,16%	-3,68%	7,47%	-10,53%
<i>Quedas do Iguaçu</i>	33.296	36.298	9,0%	1,13%	0,67%	2,20%	6,59%	-7,86%
<i>Telêmaco Borba</i>	76.842	85.712	11,5%	1,33%	1,61%	-6,76%	6,83%	1,30%
<i>Umuarama</i>	109.084	117.898	8,1%	1,05%	1,24%	-1,10%	8,57%	0,68%
<i>União da Vitória</i>	56.484	59.565	5,5%	0,84%	0,92%	-0,63%	7,82%	-5,65%
<i>Bandeirantes*</i>	31.908	28.005	-12,2%	0,69%	1,26%	-4,06%	8,24%	-3,26%
<i>Guaíra*</i>	32.627	33.816	3,6%	-0,47%	0,24%	-4,48%	9,13%	-0,70%
<i>Lapa*</i>	47.811	49.701	4,0%	0,72%	1,24%	-0,03%	7,42%	-1,08%

Fontes: IPARDES/A adaptação PROPLAN/IFPR: 1. Projeção da População Total dos Municípios do Paraná para o Período 2016-2030 - Alguns Resultados; 2 e 3. BDE/Web; 4. Anuário Estatístico do Estado do Paraná – Indicadores Sociais e Demográficos – Item 5.1.4; * Unidades de Interesse

Pode-se subdividir o Quadro 1 em três grupos de cidades: A) Variação Populacional Negativa: Unidades de Capanema, Assis Chateaubriand, Foz do

⁵ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Iguaçu, Jacarezinho, Ivaiporã, Goioerê, Bandeirantes*⁶, Coronel Vivida e Pitanga. B) Pequena Variação, mas com mudança no perfil populacional (envelhecimento): Unidades de União da Vitória, Paranavaí, Lapa*, Irati, Guaíra*, Jaguariaíva, Barracão e Astorga. C) Variação Populacional Positiva: Palmas, Campo Largo (RMC)⁷, Cascavel, Colombo (RMC), Telêmaco Borba, Pinhais (RMC), Londrina, Quedas do Iguaçu, Umuarama, Curitiba (RMC) e Paranaguá.

2.1.1 Descrição dos Indicadores

A) Variação Populacional. Fundamentado em estudos do IPARDES (SANTOS; MAGALHÃES; DELGADO, 2015), disponíveis em sua base de dados. Este projetou a população do Paraná tendo como referência o ano de 2013 e atribuiu taxa de crescimento anual de 0,74% ao ano (a.a.) no decênio 2010-2020 e de 0,43% a.a. no decênio seguinte.

B) Taxa de Crescimento Geométrico. Indicador majoritariamente negativo em todas as unidades, considerando-se que para haver reposição populacional natural seria necessário, ao menos, alcançar dois dígitos positivos. Ou seja, nos próximos três quinquênios, no Estado do Paraná, a mudança populacional significativa influenciará as matrículas da Educação Infantil até o final do Ensino Fundamental.

C) Taxa de Envelhecimento. Aproximadamente 16 unidades do IFPR possuem taxas de envelhecimento igual ou superior à média estadual (7,55). As taxas de variação populacional abaixo da taxa de envelhecimento indicam mudança populacional significativa no perfil populacional. Isso poderá impactar especialmente na oferta de novas vagas para o Ensino Médio Integrado; ou oportunismo para novos perfis na oferta de cursos Subsequentes, Formação Inicial Continuada (FIC), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Superiores, entre outros. Por se tratar de mudança na População Economicamente Ativa (PEA), poderá também pressionar o período de oferta dos cursos, especialmente para aqueles ofertados em período noturno.

⁶ Unidades Educacionais de Bandeirantes, Guaíra e Lapa constam no projeto de expansão do IFPR, mas no momento não há previsibilidade de operacionalização delas.

⁷ Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

D) Taxa de Migração. Estudado em período anterior ao atual (2005-2010), esse indicador fortalece os pareceres da SETEC. Há uma tendência de concentração humana nos médios e grandes centros urbanos do Paraná. As unidades da Região Metropolitana de Curitiba e Londrina tenderão ao crescimento populacional positivo em diferentes faixas etárias.

Por exemplo, o município de Telêmaco Borba, mesmo situado no interior do Estado reflete a mudança populacional positiva situacional, em virtude de que, no período estudado, houve agregação no perfil industrial da região. No caso de Astorga, esse município recebe influência regional de três cidades: Maringá, Londrina e Sarandi. A capital paranaense Curitiba é caso à parte: mesmo sendo negativa, é um polo do “pêndulo populacional”, ou seja, crescimento intenso no movimento de pessoas que se deslocam para trabalho e estudo, abrangendo 12 municípios da RMC (CINTRA et al, 2012).

2.2 Desafios Educacionais nas Transições Populacionais

Entre outros trabalhos do IPARDES, correlacionados ao tema populacional, destaca-se o que se refere ao “Bônus Demográfico” (CINTRA, 2011; FERREIRA, 2013). Segundo Cintra *et al.* (2015), até o final desta década, o estado “abrirá uma janela” de oportunidade demográfica. Será o bônus demográfico, período em que o número de pessoas dependentes diminui para cada pessoa potencialmente produtiva. A consequência primeira será a diminuição dos grupos etários mais jovens (0-14 anos); e na sequência haverá o “fechamento da janela”, ampliando as pessoas mais idosas (65 anos e mais), conforme visualização gráfica apresentada por Cintra *et al.* (2015). Desse estudo, depreende-se também o aspecto econômico. Com a diminuição da população dependente, as pessoas potencialmente produtivas podem reduzir os gastos com dependentes, principalmente crianças e jovens, e ampliar seus níveis de poupança, incrementando o investimento produtivo e estimulando o crescimento econômico e social. No aspecto populacional, as informações do censo indicam forte diminuição dos grupos etários mais jovens (0-14 anos) – que junto às pessoas de 65 anos ou mais compõem a chamada *população economicamente dependente* – e aumento da *população potencialmente produtiva* (15 a 64 anos). Tais fatores potencializam o chamado “bônus demográfico” ou “janela de oportunidade demográfica”.

2.3 Implicações Populacionais no Planejamento Institucional

Para o Planejamento Estratégico do IFPR, é importante considerar tal mudança populacional no conjunto do estado e nas particularidades regionais de seus *Campi*. Em nível estadual, os dados sugerem que aproximadamente 40% das pessoas de 18 a 24 anos apresentam níveis de escolaridade defasada (CINTRA, 2011). É possível mirar fatores de logística humana que poderão determinar a variação populacional, como: transformação nas condições de acesso rodoviário entre os municípios, planejamento de corredores viários, ampliação e melhoria nos modais de transporte, entre outros. Sugere-se o conhecimento do Plano Estadual de Logística e Transporte (PELT) do Paraná, a ser implementado até 2020. Tais fatores poderão influenciar no perfil setorial econômico e, conseqüentemente, na oferta-demanda de qualificações profissionais em âmbito estadual e nas possíveis modificações dos perfis socioeconômicos regionais.

Portanto, considerando-se a variação populacional e a razão de dependência dela, verifica-se a necessidade de repensar o planejamento da oferta das atividades educacionais no âmbito da educação tecnológica viabilizada pelo IFPR. Visualizam-se desafios e oportunidades num futuro não muito distante.

Podem-se identificar algumas ideias aplicáveis na abrangência das atividades do IFPR: A) Adequação na oferta de vagas e demanda populacional por ano, considerando o quantitativo populacional. B) Avaliação contínua dos cursos, por período histórico (no mínimo no prazo de cinco anos). C) Consideração dos dados (indicadores socioeconômicos) no planejamento das unidades, suas atividades e perfil dos cursos a serem ofertados. D) Políticas institucionais que atendam a diversidade local e regional. E) Ponderação nas decisões políticas considerando a razoabilidade dos dados técnicos. F) Revisão no nível e tipo de oferta de cursos dos *Campi*: integrados, concomitantes e subseqüentes; Formação Inicial Continuada (FIC); Educação de Jovens e Adultos (EJA⁸). G) Harmonização dos recursos físicos, humanos e econômicos na verticalização do ensino (Ensino Médio ao Ensino Superior). H)

⁸ Inclui-se várias formas de ofertas de EJA, em especial: EJA no Ensino Médio, PROEJA e EJA FIC.

Utilização de estratégias de alcance regional com operacionalização local.

3 INSTIGAÇÕES POPULACIONAIS PARA CURSOS DE NÍVEL MÉDIO

3.1 Contexto para Cursos de Ensino Médio no IFPR

Esta etapa do estudo refere-se ao potencial populacional do Paraná, considerando dos 14 aos 17 anos em idade “ideal” para ingresso nos anos finais da Educação Básica⁹. Em função do tempo e do volume de dados, limitou-se a informações das localidades com presença das unidades educacionais do IFPR¹⁰; entretanto propicia-se a aplicação metodológica à possível região de abrangência do *Campus*. Anseia-se que, ao reproduzir a proposta, incentive-se a participação da comunidade institucional interna e de outros atores sociais (prefeitura, associação comercial e outros). Localmente, as unidades teriam maior propriedade para conhecer as demandas regionais e delimitar os municípios¹¹ nos quais poderiam promover as atividades institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

Referenciando-se dados quantitativos, provenientes de fontes públicas e reconhecidas nacionalmente, pretende-se organizá-las em informações úteis à gestão da autarquia. Pressupõe-se uma gestão pública com racionalidade substantiva¹², aplicada ao planejamento (previsão e dimensionamento), expresso em diretrizes e projetos governamentais, concretizado em programas e ações e em constante processo de avaliação (revisão das atividades). Espera-se que tais premissas possibilitem sincronia de recursos (orçamentários e físicos) com a temporalidade¹³, considerando avaliação quantitativa e qualitativamente das atividades públicas, ressaltando a ética e o

⁹ Refere-se aos alunos do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio.

¹⁰ Corresponde à sede municipal dos Câmpus, Câmpus Avançado e Câmpus de Interesse (previstos) da presença das unidades educacionais do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

¹¹ O Termo de Acordo de Metas e Compromisso, denominado de TAM são documentos celebrados entre o Ministério da Educação e os Institutos Federais com a finalidade de registrar as relações entre as entidades. O TAM denomina região como área polarizadora de atuação dos Câmpus dos IFs.

¹² Racionalidade é todo ato intrinsecamente inteligente que se baseia num conhecimento lúcido e autônomo de relações entre fatos (RAMOS, 1983).

¹³ A Cláusula Primeira – do Objeto, no Termo de Acordos e Metas (TAM), estabeleceu os seguintes prazos em anos: curto (2013), médio (2016) e longo (2022).

desenvolvimento social¹⁴.

Algumas macrotendências (FIORENTINO et al., 2012) e especialmente eventos nacionais¹⁵ em determinadas áreas (por exemplo: esportiva) têm motivado empreendimentos públicos significativos. Entretanto, o planejamento deveria transcender motivações restritivas e ocasionalmente históricas, a fim de tornar-se um procedimento constante em diversos segmentos da administração pública (infraestrutura, social, educacional, saúde), como a visão sistêmica sugerida pelas propostas que antecedem às eleições¹⁶. Limitar-se ao eventual pode ter como consequências a iminência de não efetivação das ações empreendidas, tendo como possíveis causas as seguintes: escassez de recursos (dimensionamento e relações econômicas), limitação temporal, visão instrumental, interesses circunstanciais, dificuldades do processamento em sistemas “burocráticos”, cumprimento estritamente legal, não aplicação de métodos e técnicas adequadas à gestão pública, entre outras. Considerando que na preparação dos empreendimentos houve participação e empenho de servidores e agentes públicos comprometidos com múnus público e com o conhecimento para atender as demandas sociais, anseia-se que as ações planejadas sejam levadas a contento. Afinal, somos uma democracia de coalizão, com recursos humanos e financeiros a serem investidos na estrutura social em vista do bem comum: o cidadão.

No setor educacional, os projetos não se realizam tão eficazmente em números quantitativos (eficácia), mas se efetivam também na qualidade da temporalidade de seus resultados (eficiência). Orientada pelo Plano Nacional de Educação (PNE), neste decênio (2010-2020), a educação tecnológica ampliou significativamente sua atuação nacional, coordenada pela SETEC. No Estado do Paraná, há duas instituições da Rede Federal: a UTFPR¹⁷, já

¹⁴ Não se trata de utilizar a razão instrumental apenas voltada ao mercado, mas uma “Racionalidade Substantiva que pretende contribuir para eliminar as compulsões desnecessárias, agindo sobre as atividades humanas visando promover o desenvolvimento das potencialidades do homem” (RAMOS, 1983). Cançado et al (2011) descrevem as concepções de Racionalidade Instrumental e Substantiva aplicadas à gestão pública. Sugerem como alternativa os princípios da gestão cooperativa.

¹⁵ Por exemplo: Copa do Mundo (2014), Eleições Presidenciais (2014), Jogos Olímpicos (2016).

¹⁶ Mais Mudanças, Mais Futuro. Programa de Governo Dilma Rousseff, 2014.

¹⁷ Universidade Federal e Tecnológica do Paraná instituída pela Lei de Criação da UTFPR nº 11.184, de 07 de outubro de 2005; e posteriormente contemplada na Lei nº 11.892/ 2008 de

consolidada em suas unidades e no tempo de atuação social (centenária); e o IFPR, em fase de expansão, estruturação e dimensionamento de suas ações. Sendo essa uma instituição recente, com algumas limitações próprias de iniciantes (incluindo estruturais), poder-se-ia utilizar deste momento para redimensionar os programas educacionais a fim de atender às variações circunstanciais e exigentes nas atividades operacionais da comunidade local. As ações efetivas e imediatas não excluem os propósitos de verticalização do ensino, segundo o TAM, a qual se almeja construir no decorrer da história do IFPR.

Este trabalho subsidia informações técnicas convergentes ao primeiro e principal público dos IFs¹⁸; potenciais estudantes de Ensino Médio. Conforme descrito nos Artigos 7º e 8º da Lei nº 11.892/2008, que trata da criação dos Institutos da Rede Federal, as ofertas de vagas dos IFs deveriam amparar-se nas seguintes modalidades: 50% para Técnicos de Ensino Médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, 20% para Ensino Superior, preferencialmente Licenciaturas e Formação de Professores, e 30% para outros cursos, inclusive de *Stricto Sensu*¹⁹. Esta proposta foi reforçada pelo Termo de Acordo de Metas (TAM) em 2010, entre a SETEC e os IFs. Também a Lei nº 12.711/2012 enfatizou o percentual de vagas destinadas a “estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio na rede pública”²⁰.

Trata-se de retomar as propostas previstas e assinadas no Termo de Acordo e Metas do IFPR com a SETEC, demonstrando por meio científico (dados, informações, metodologia) a necessidade de se readequarem as ações da autarquia às realidades regionais deste imenso país. A distribuição das ações educacionais se deu historicamente de forma diferente nas cinco regiões brasileiras. Com a acentuada metamorfose no perfil populacional, propõe-se a revisão das estratégias públicas para atender novas demandas educacionais e profissionais. A Rede Federal orienta o planejamento da oferta educacional de

criação dos IFs.

¹⁸ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

¹⁹ PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Apud: Hellmann, Observatório, 2014 (p. 167,168). Os percentuais constam na Cláusula Segunda, das Metas e Compromissos, item 4 e seguintes. No Art. 8º da Lei 11.892 de dezembro de 2008, que Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

²⁰Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/carta-ao-cidadao/cursos-oferecidos/>

acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) e em sintonia com os planos locais (estadual e municipal). Entre as metas do PNE, destacam-se “4. Melhoria da qualidade do ensino; 5. Formação para o trabalho e para a cidadania; [...] 8. Aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade” (MEC, 2014).

Nesse sentido, a pesquisa intenta motivar gestores para o planejamento das unidades, aproximando o *Campus* da realidade populacional educacional local e regional. Isso poderia refletir no redimensionamento quantitativo de oferta de vagas, especialmente em relação às modalidades²¹ de ensino (Ensino Médio Subsequente, Educação de Jovens e Adultos), formas (presencial e à distância) e talvez no período de estudo (GOMES; CARNIELLI; ASSUNÇÃO, 2004, p. 36), entre outros. Também se almeja contribuir com a otimização dos recursos federais, disponibilizados por meio da estrutura física e humana dos IFs, adaptando-se à dinâmica populacional. Destarte, atentar-se que entes da esfera pública (federal e estadual) teriam atitudes adversas em vista do mesmo público-alvo, havendo sobreposição de políticas²² e recursos. Sugere-se promover parceria público-público²³ e público-privado, a fim de não suscitar sobreposição regional na oferta de cursos ou de políticas públicas (HELLMANN, 2014, p.168). Ou seja, o IFPR deveria se ajustar ao meio e a seus recursos (ROSSETTO, 2005), em busca da eficiência na gestão pública (PEREIRA, 2012). Não se trata de uma gestão educacional refém de mercado (MARTIN, 2006), mas atenta às demandas da territorialidade (HELLMANN, 2014).

Por isso, há relevância na contextualização e conhecimento da diversidade da demanda educacional paranaense. No período de 2000 a 2013, as matrículas totais do Estado apresentaram redução de 2,0% nas séries iniciais, 1,2% no Ensino Médio e 6% nos anos finais do Ensino Fundamental

²¹ Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Título V – Dos níveis e das modalidades de Educação e Ensino.

²² O Plano Estadual de Educação do Paraná estabelece metas e sua esfera de atuação. A meta 7 propõe aumento na taxa de matrícula de Ensino Médio e Educação Profissional como ofertante; cita a necessidade de parceria na modalidade do Ensino Superior. (PEE-PR, 2015).

²³ Por exemplo, o Campus Capanema do IFPR e o Campus Realeza da UFFS distam aproximadamente 50 km. As duas autarquias possuem políticas semelhantes em relação à oferta dos Cursos Superiores de Licenciatura. Sugere-se diálogo e parceria para otimizar os recursos federais e melhor aproveitamento regional da oferta/demanda para tal modalidade de ensino.

(6º ao 9º ano). Nesse mesmo período, “os municípios da região noroeste do Estado registraram um aumento no número de matrículas” (SEED, 2014), o que reforça a distribuição desigual dos indicadores intrarregionais. O Plano Estadual de Educação do Paraná considera a diminuição populacional (PEE-PR, 2015, p. 21), o que pode ter influenciado na variação das matrículas totais entre 2010 e 2013 (PEE-PR, 2015, p. 31-33), segundo a síntese apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Taxas Percentuais Totais de Matrículas no Estado do Paraná (2010 a 2013)

MATRÍCULAS TOTAIS NO ESTADO DO PARANÁ (2010-2013)					
Níveis	Estadual	Federal	Municipal	Privado	Total
Ensino Fundamental Anos Iniciais	-73,2%	0,0%	-4,2%	16,3%	-3,0%
Ensino Fundamental Anos Finais	-14,4%	-4,2%	-17,4%	-17,3%	-12,9%
Ensino Médio	-2,1%	19,4%	0,0%	14,6%	0,0%
Educação Profissional Integrado	13,2%	27,1%	0,0%	114,6%	-4,8%
Educação Profissional Subsequente	2,2%	-58,5%	0,0%	-3,4%	-7,4%
Educação de Jovens e Adultos	-15,9%	-65,3%	-37,7%	-21,8%	-2,1%

Fonte: Plano Estadual de Educação/Secretaria Estadual de Educação do Paraná, 2015; Adptação PROPLAN/IFPR

Dos dados apresentados, pode-se depreender a possível interferência nas correlações entre indicadores populacionais e de matrícula; um fator relevante pode ser as variações entre os ofertantes (Estado, Federação, Privado). Considerando que as informações do Quadro 1 referem-se a índices em nível total Estado, reforça-se a necessidade de situar as peculiaridades das unidades do IFPR nas diversidades regionais e locais do Paraná.

Esta pesquisa delimita-se geograficamente ao Estado do Paraná. Em termos quantitativos, concentra-se na população de jovens na faixa etária “ideal”, ao final do Ensino Fundamental e início do Ensino Médio; situa-se na faixa etária dos 14 aos 18 anos de idade.

3.2 Metodologia

Há diferentes metodologias aplicadas neste trabalho, seja na fase de pesquisa técnica e bibliográfica, seja na seleção de dados, na estruturação de informações ou na socialização dos resultados (LAKATOS; MARCONI, 2005, p.44,47-48). Trata-se de um conhecimento científico (LAKATOS, p.75) elaborado sob os métodos hipotético-dedutivo e dialético (LAKATOS; MARCONI, 2005, p.95-100). Alguns procedimentos específicos integram-se às metodologias específicas das ciências sociais utilizadas na elaboração dos

produtos do Observatório e já descritos em seus fundamentos (HELLMANN, 2014, p.175-177). Pressupostos específicos deste estudo estão descritos abaixo para compreensão das informações e da estrutura pedagógica desta pesquisa.

3.2.1 Fontes

Utilizando-se como critérios a publicidade, a gratuidade e a transparência, os dados foram coletados das bases de dados de três fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e a Secretaria de Estado da Educação (SEED), no Setor da Superintendência de Desenvolvimento Educacional (SUDE). O tratamento dos dados em informações foi concebido e realizado pela Coordenadoria de Projetos Organizacionais e Indicadores (CPOI), na Diretoria de Informações (DII) da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN) do IFPR. Os fundamentos teóricos e procedimentais são descritos na concepção do Observatório Regional do IFPR (HELLMANN, 2014), disponíveis também na página do Observatório: <http://reitoria.ifpr.edu.br/documentos-institucionais/observatorio-regional/>.

3.2.2 Cenários

Neste trabalho, utilizaram-se Cenários como método de previsão para “encontrar soluções através da coleta e interpretação de informações com o objetivo de prever as consequências de estratégias alternativas” (ÁVILA; SANTOS, 1988, p.18). Os cenários auxiliam, dentre outros recursos, na estimativa e seleção de políticas estratégicas alternativas, admitindo os riscos inerentes à escolha de diretrizes de ação, no fornecimento de um retrato do sistema no futuro para os indivíduos responsáveis pela atividade de planejamento, no reconhecimento da complexidade dos problemas, da elevada interdependência, da multiplicidade de critérios para decisão e das limitações inerentes ao processo de análise. Esta metodologia admite “a dinâmica das mútuas influências entre as variáveis relevantes para o comportamento do sistema em estudo[...] e contribui para a redução do risco de implementar políticas inadequadas...” (ÁVILA; SANTOS, 1988, p.18). Não se pressupõe

certeza, pois não existe previsão perfeita de fenômenos não-técnicos e não-rationais, mas o desenvolvimento de cenários traz a incorporação desses fenômenos na definição das hipóteses de trabalho, indicando opções política, econômica, social, técnica e ecologicamente viáveis e alinhando as vantagens e desvantagens de cada opção (ÁVILA; SANTOS, 1988, p.18 a 21).

Este método integra o Planejamento Estratégico como ferramenta de antecipação de resultados (OLIVEIRA, 2007, p.46) e de um “plano maior” (CHIAVENATO, 2004, p.42), pois envolve situações exógenas e não deterministas no âmbito institucional, mas passíveis de gerenciamento. Considera-se, então, que os indicadores propostos viabilizariam quatro cenários (podendo-se ampliá-los), com menor ou maior inclusão de informações, gerando resultados diferentes. Não se denominam cenários positivos ou negativos, mas diferentes cenários ou possibilidades, cujas ações poderão ter consequências nas decisões gerenciais e estratégicas, de forma autônoma ou coletiva, em diversos setores da autarquia.

3.2.3 Indicadores

Para projetar os cenários, foram utilizados indicadores quantitativos (como número de pessoas e de matrículas) e qualitativos (como grupos etários, repetência e evasão). Para fins metodológicos, manteve-se a constância e sistemática em diferentes cenários, mesmo havendo períodos²⁴ distintos da coleta de informações.

Dimensionaram-se três categorias de cenários considerando a idade “ideal” de pessoas que frequentariam os anos finais do Ensino Fundamental e que, entre os anos de 2015 e 2017, estariam aptos a frequentar o Ensino Médio. Consequentemente, as pessoas com 18 anos ou mais necessitam de outro estudo com diferentes indicadores e parâmetros.

A) Categoria 1 – Cenários para 2015. No Cenário A, propõe-se o Censo Populacional de 2010 dividido na faixa etária dos 10 anos, por ocasião do Censo Estratificado; subtraiu-se Taxa de Alunos Matriculados em 2014 no 9º Ano e/ou na 8ª Série. No Cenário B, foram incluídas às matrículas as Taxas de

²⁴ Dados dos anos de 2010, 2013 e 2014. O período está identificado nos quadros de indicadores.

Evasão e de Repetência, que podem influenciar negativamente a possibilidade do jovem prosseguir nos estudos para o Ensino Médio. No Cenário C, integrou-se ao censo populacional a Taxa de Migração; ela incide negativa ou positivamente sobre o dado, especialmente devido à movimentação populacional que demonstra atração ou retração local. No Cenário D, adicionou-se a diferença entre o Censo Populacional de 2010 e a População Estimada para 2014.

B) Categoria 2 – Cenários para 2016. Manteve-se a mesma estrutura dos Cenários anteriores, porém se modificam os indicadores de grupos humanos na faixa etária dos 09 anos, por ocasião do Censo Estratificado; e a Taxa de Alunos Matriculados em 2014 no 8º Ano e/ou na 7ª Série.

C) Categoria 3 – Cenários para 2017. Repetiu-se a estrutura dos Cenários anteriores, entretanto modificaram-se os indicadores de agrupamentos populacionais na faixa etária dos 08 anos na ocasião do Censo Estratificado; e a Taxa de Alunos Matriculados em 2014 na 6ª Série.

3.3 Quadros de Cenários e Indicadores

Quadro 3 – Cenários possíveis entre os anos de 2015 a 2017

CENÁRIOS POPULACIONAIS DE NÍVEL MÉDIO NAS UNIDADES DO IFPR ENTRE 2015 E 2017												
Fórmula	(G-D)			(G - (D+(D*(E+F))))			(G+(G*H) - (D+(D*(E+F))))			(G+(G*H+I) - (D+(D*(E+F))))		
Possibilidades	Cenário A			Cenário B			Cenário C			Cenário D		
Descrição dos Indicadores	Censo Populacional 2010-Total de Matrículas 2014 de 9º Ano/8ª Série			Censo Populacional 2010-Total de Matrículas 2014 + (Taxa Evasão e Repetência)			Censo Populacional 2010+(Taxa de Migração)-Total de Matrículas 2014 + (Taxa Evasão e Repetência)			Censo Populacional 2010+(Taxa de Migração+Diferença Censo)-Total de Matrículas 2014 + (Taxa Evasão e Repetência)		
Unidades do IFPR	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Estado do Paraná	24.523	-9.055	-12.790	2.271	-33.554	-36.218	1.943	-33.851	-36.494	14.486	-22.521	-25944
1. Assis Chateaubriand	4	-37	49	-62	-104	-7	-84	-125	-27	-69	-111	-13
2. Astorga (CA)	-11	-40	-29	-56	-87	-71	-53	-84	-68	-34	-66	-52
3. Barracão (DE/RF)	-9	-31	-59	-28	-48	-78	-38	-55	-85	-28	-47	-78
4. Campo Largo (RMC)	-45	-187	-235	-262	-393	-432	-189	-330	-373	30	-136	-194
5. Capanema	42	13	-7	20	-5	-27	10	-12	-35	24	-2	-24
6. Cascavel (RM)	-360	544	-231	-854	185	-631	-894	150	-663	-439	555	-290
7. Colombo (RMC)	591	1.328	277	-362	708	-528	25	1.043	-220	431	1.393	102
8. Coronel Vivida (CA)	64	2	20	31	-32	-11	-2	-61	-39	0	-60	-37
9. Curitiba (RMC)	-514	-1.274	-4.680	-4.388	-5.053	-8.604	-5.211	-5.830	-9.305	-3.317	-4.040	-7691
10. Foz do Iguaçu (RF)	290	2	-354	-564	-829	-1.189	-956	-1.187	-1.522	-809	-1.053	-1397
11. Goioerê	45	27	-10	-16	-31	-66	-54	-66	-97	-43	-56	-88
12. Irati	53	-73	-107	-76	-200	-236	-95	-216	-252	-34	-164	-201
13. Ivaiporã	-32	24	-29	-78	-12	-70	-114	-43	-102	-100	-31	-90
14. Jacarezinho (RMLO)	40	-34	161	-92	-167	80	-111	-184	65	-92	-166	81
15. Jaguariaíva	38	302	-230	-12	277	-298	-37	253	-321	-2	286	-289
16. Lapa (CA/RMC)	98	48	22	18	-26	-55	9	-34	-63	60	11	-18
17. Londrina (RMLO)	-221	-924	2.021	-1.510	-2.158	1.312	-1.516	-2.164	1.307	-853	-1.587	1848
18. Palmas	244	101	-32	82	-69	-227	-21	-160	-318	94	-58	-216
19. Paranaguá	-95	-421	460	-733	-1.055	43	-794	-1.108	-7	-587	-926	166
20. Paranavai	51	135	-194	-81	27	-335	-108	4	-358	-28	75	-289
21. Pinhais (RMC)	129	-85	-186	-241	-451	-560	-98	-323	-435	92	-154	-271
22. Pitanga	58	71	-25	-24	2	-96	-91	-57	-147	-95	-61	-150
23. Quedas do Iguaçu (CA)	94	-9	-84	59	-46	-126	8	-91	-173	58	-46	-127
24. Telêmaco Borba	-222	736	26	-400	678	-110	-383	694	-94	-273	799	6
25. Umuarama (RM)	-65	-116	52	-200	-240	-59	-190	-231	-50	-79	-133	50
26. União da Vitória (DE)	6	541	-5	-139	484	-127	-196	431	-174	-129	494	-118

Abreviações: CA - Campus Avançado; DE - Divisa do Estado; RM - Região Metropolitana; RMC - Região Metropolitana de Curitiba; RMLO - Região Metropolitana de Londrina. Público previsto na sequência de curso pós Ensino Médio segundo a faixa etária até 18 anos.* Refere-se a Ensino Médio na modalidade Integrado e Concomitant. Fonte: Adaptação PROPLAN/ Coordenadoria de Projetos Organizacionais e Indicadores.

Quadro 4 – Indicadores Utilizados nos Cenários para 2015

PREVISÃO POPULACIONAL PARA CURSOS DE NÍVEL MÉDIO NAS UNIDADES DO IFPR EM 2015									
Indicadores da Fórmula	B	C	D	E	F	G	H	I	
Descrição dos Indicadores	Indicadores Educacionais					Indicadores Populacionais			
	Taxa de Matrícula 9º Ano/8ª Série			Taxa de Repetência Final do EF	Taxa de Evasão Final do EF	Censo Populacional 2010	Taxa de Migração	Diferença Censo e População Estimada	
	Sistema Público	Sistema Privado	Total de Matrículas	2014	2013	2010	2005-2010	2010-2015	
Período	2014	2014	2014	2014	2013	2010	2005-2010	2010-2015	
Unidades do IFPR	Nº de Alunos	Nº de Alunos	Nº de Alunos	Percentual	Percentual	Unidade de Pessoas	Percentual	Percentual	
Estado do Paraná	140.774	17.040	157.814	12,50%	1,60%	182.337	-0,18%	6,88%	
1. Assis Chateaubriand	449	28	477	12,20%	1,60%	481	-4,54%	3,03%	
2. Astorga*	344	29	373	10,20%	1,80%	362	0,83%	5,17%	
3. Barracão	196	14	210	8,00%	1,20%	201	-4,84%	5,10%	
4. Campo Largo	1.961	183	2.144	8,80%	1,30%	2.099	3,44%	10,43%	
5. Capanema	298	0	298	6,10%	1,20%	340	-2,97%	4,04%	
6. Cascavel	4.557	703	5.260	8,20%	1,20%	4.900	-0,81%	9,28%	
7. Colombo	3.611	232	3.843	19,10%	5,70%	4.434	8,74%	9,14%	
8. Coronel Vivida*	302	26	328	8,90%	1,10%	392	-8,36%	0,45%	
9. Curitiba	20.278	6.258	26.536	12,10%	2,50%	26.022	-3,16%	7,27%	
10. Foz do Iguaçu	3.908	683	4.591	15,60%	3,00%	4.881	-8,03%	3,00%	
11. Goioerê	382	46	428	13,60%	0,60%	473	-8,06%	2,36%	
12. Irati	877	51	928	12,30%	1,60%	981	-1,95%	6,23%	
13. Ivaiporã	410	121	531	6,70%	2,00%	499	-7,26%	2,81%	
14. Jacarezinho	608	35	643	16,50%	4,10%	683	-2,78%	2,87%	
15. Jaguariaíva	496	77	573	4,90%	3,80%	611	-4,12%	5,71%	
16. Lapa*	731	46	777	7,50%	2,80%	875	-1,08%	5,84%	
17. Londrina	6.945	1.369	8.314	13,20%	2,30%	8.093	-0,08%	8,20%	
18. Palmas	714	71	785	14,40%	6,30%	1.029	-9,96%	11,16%	
19. Paranaguá	2.593	348	2.941	18,60%	3,10%	2.846	-2,12%	7,25%	
20. Paranavai	977	232	1.209	9,50%	1,40%	1.260	-2,13%	6,35%	
21. Pinhais	1.813	266	2.079	13,80%	4,00%	2.208	6,50%	8,58%	
22. Pitanga	526	53	579	12,70%	1,40%	637	-10,53%	-0,67%	
23. Quedas do Iguaçu*	547	10	557	5,00%	1,30%	651	-7,86%	7,77%	
24. Telêmaco Borba	1.349	176	1.525	9,00%	2,70%	1.303	1,30%	8,50%	
25. Umuarama	1.251	304	1.555	7,40%	1,30%	1.490	0,68%	7,49%	
26. União da Vitória	931	58	989	12,90%	1,80%	995	-5,65%	6,69%	

Fontes: 1, 2, 3 - Secretaria Estadual de Educação do Paraná/ Superintendência de Desenvolvimento Educacional - SUDE; 4 - Iparades/BDE Web/Taxa de Repetência; 5, 7 - Iparades/ Anuário Estatístico do Estado do Paraná - 2013/ Item 5.1 Indicadores Sociais e Demográficos; 6 - Iparades/BDE Web/População Censitária; 8 - População Estimada/População Censitária; Adaptação PROPLAN/IFPR/Iparades

3.4 Comentários referentes a Cenários e Indicadores

3.4.1 Cenários

A taxa negativa possui variáveis influenciadoras e contextuais; por isso, sugere-se a postura na visão situacional, prospectiva e pró-ativa:

A) Em cidades polarizadoras²⁵, o trânsito populacional para trabalho e estudo pode influenciar na demanda de alunos, por isso a importância do estudo ser aprofundado em nível regional (metropolitano).

B) Propõem-se ações antecedentes ao ingresso dos discentes no Instituto, especialmente na fase de divulgação dos cursos e consequente ao ingresso daqueles, visando à retenção e diminuição da taxa de evasão, entre outros efeitos.

C) Os municípios que possuem menor quantitativo populacional, a taxa negativa deve ser considerada com maior propriedade pelos gestores, pois indica menor elasticidade para ações corretivas na oferta/demanda no foco educacional deste estudo.

D) Se a taxa for negativa em todos os cenários, faz-se necessário rever as estratégias educacionais da unidade, com outros setores gerenciais, por tratar-se do cruzamento entre vários indicadores.

Considerando-se as premissas: A) O Estado como principal ofertante de vagas de Ensino Médio; B) Tendo esse como meta a ampliação e melhoria no atendimento ao mesmo público até 2020 (PEE-PR, 2015); C) Somando-se o Sistema de Ensino Privado (especialmente em regiões Metropolitanas), como “concorrente” ofertante de vagas para o Ensino Médio, podem-se antever ações discrepantes entre as diferentes esferas educacionais – público e privada – a fim de atenderem às metas administrativas. Por isso, a fidelidade à missão institucional e a pesquisa de públicos alternativos, como será apresentado na terceira parte deste estudo, também deveriam ser consideradas nas orientações da Rede Federal.

O indicador populacional de migração pode ser fator relevante nas

²⁵ Verificar o estudo referente a Parâmetros Populacionais para o Planejamento nas Unidades Educacionais do IFPR. Sugere-se a leitura do estudo realizado por Cintra (2012) referente à Região Metropolitana de Curitiba.

diferenças entre população censitária e matrículas. A dinâmica de movimentação populacional no Estado do Paraná deve ser considerada em nível estadual, mas, principalmente, na regionalidade, pois há influenciadores econômicos, como instalação ou encerramento de atividades industriais e novos investimentos (FIEP, 2015, p.62), fatores-chaves de competitividade (FIEP, 2014, p.15), alterações econômicas entre setores (primário, secundário, terciário), planos regionais (FERREIRA, 2014), modificações logísticas (FIEP/PELT-2020), políticas sociais/territoriais²⁶, surgimento de novas regiões metropolitanas²⁷, entre outros.

Regiões onde houver proximidade logística entre *Campus*, sugere-se o trabalho coletivo entre gestores e equipe, como nas propostas de abertura de cursos, a fim de evitar sobreposição de públicos afins e possibilitando adotar estratégias que contribuam para todas as unidades. A pesquisa extraída do preenchimento de dados dos candidatos no processo seletivo ou realizada com os alunos do *Campus* podem ser fontes de identificação das ações educacionais que a unidade está desenvolvendo.

Onde houver menor demanda populacional, pode ser necessário o diálogo com outros setores ofertantes e atuação efetiva na regionalidade, ou a ação junto a atores sociais significativos para a autarquia.

3.4.2 Indicadores

A) O Indicador de **número de alunos matriculados** por Sistema de Ensino (público e privado) pode ser parâmetro estratégico a ser utilizado no período de divulgação e de captação de alunos. Percebe-se que a taxa de matrícula no Ensino Privado é variável em vista da realidade de cada *Campus*: 35% a 0%. As maiores taxas deste público encontram-se nos *Campus* situados em polos regionais. A taxa total de matrícula para os próximos três anos prevê

²⁶ Nas Concepções e Diretrizes da Educação Profissional a Territorialidade é “pensar o local, ou seja, pensar o uso do espaço geo-social conduz à reflexão sobre a territorialidade humana” (SETEC, 2010, p. 22).

²⁷ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. Governador sanciona lei que cria quatro novas regiões metropolitanas. Municipalismo. Publicado em 14/01/2015 17:40. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=82758>. Na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) há projetos de lei para criação de outras regiões metropolitanas: Francisco Beltrão, Pato Branco, Cianorte, Paranavaí, Guarapuava, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu.

alteração positiva em 40% dos *Campus*, mas com pequena relevância; nos demais, a taxa de matrícula indica diminuição. Contudo, nesse indicador há interferência de outros fatores populacionais como a taxa de migração.

B) Tal indicador pode ser somado a outros fatores etno-educacionais, o que possibilita o conhecimento do público ingressante no *Campus*.

C) A utilização do Indicador de diferença percentual entre o **Censo Populacional** realizado em 2010, estratificado por idade, e a **População Estimada** para 2015 obteve variação de 11% (positiva) a -1% (negativa). Tal dado é significativo porque expressa também a mobilidade populacional em termos de crescimento vegetativo e/ou deslocamento populacional.

D). A **taxa de migração** foi estudada no período de 2005 a 2010, portanto deve ser considerada a diferença em relação ao tempo presente. Contudo, é atual e compreendeu um período de cinco anos. As taxas variam de positivo (9%) a negativo (11%). Aproximadamente, 70% dos *Campus* que apresentam taxa migratória positiva, ou seja, possuem atratividade populacional, são também os maiores centros populacionais.

3.5 Quadro de Análise SWOT e PEST-A

Considerando os dados coletados e as informações estruturadas em Indicadores e Cenários, propõem-se as metodologias de análise SWOT²⁸ e PEST-A²⁹. A técnica viabiliza observação de diferentes pontos de vista das informações apresentadas no formato de Indicadores e Cenários. O quadro 5 relaciona alguns aspectos que poderiam revelar parâmetros situacionais da instituição e seu meio; mas também indica prospecção de ações e políticas prospectivas de novos paradigmas institucionais.

Esta é uma proposição de análise, mas é possível reproduzi-la de forma individual e coletiva, em nível de Pró-Reitorias e de *Campus*, seja restritiva à gestão ou ampliada para a comunidade de interesse institucional, outros atores

²⁸ SWOT é um mnemônico de termos do Inglês: Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). No português também conhecido como FOFA. Informações com definições e aplicações, sugere-se acessar Bastos (2013).

²⁹ O método PEST-A é um acrônimo que representa cinco fatores de análise: político, econômico, social, tecnológico e ambiental. (HELLMANN, 2014, p. 175).

sociais.

Quadro 5 - Quadro de Análise nas perspectivas SWOT e PEST-A

Visão Interna	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Política (Pedagógica)	<i>Possibilidade de situar, com fundamentação técnica e informacional, a realidade dos Campus do IFPR em relação às demandas da SETEC. Conhecimento das demandas regionais e locais da realidade paranaense para cada unidade do IFPR. Utilização de Indicadores técnicos, públicos e comuns para planejamento e tomada de decisões no âmbito das políticas institucionais. Ex. Abertura de Cursos. Trabalho de parceria entre Campus próximos na seleção de Cursos e etapa de divulgação</i>	<i>Dificuldades de docentes atuarem em diferentes períodos na atividade de ensino, pesquisa e extensão. Ex. Noturno Readequação das políticas institucionais já implantadas. Resistência de unidades (pessoas) à mudança e adequação às novas realidades populacionais. Utilizar a metodologia de indicadores isoladamente, não como política institucional. Trabalho isolado em nível gerencial, sem envolvimento institucional.</i>
Econômica	<i>Conhecimento detalhado da realidade populacional das microrregiões, como pontos fortes e frágeis. Ex. Concentração ou Evasão Populacional. Trabalho de parceria entre Campus próximos na seleção de Cursos e etapa de divulgação.</i>	<i>Aumento de custos de terceirização, energia e recursos humanos institucionais. Estrutura do Campus organizada apenas para o período diurno na oferta de cursos de Ensino Médio.</i>
Social	<i>Conhecimento das demandas educacionais por faixa etária, por gênero e por grupos populacionais para ações do IFPR. Adequação do quantitativo de oferta de vagas para os cursos de Ensino Médio integrado nos próximos anos.</i>	<i>Dificuldades de preenchimento de vagas ofertadas nos cursos integrados para os próximos anos. Elevada taxa de evasão no decorrer do curso. Desconhecimento de metodologia de docentes para atendimento ao público jovem/adulto.</i>
Tecnológica	<i>Domínio de metodologia de indicadores com dados técnicos para tomadas de decisão.</i>	<i>Escassez de estrutura física para atendimento de alunos em diferentes períodos (matutino, vespertino e noturno) e de diferentes faixas etárias.</i>
Ambiental	<i>Aproximação institucional das demandas e potencialidades populacionais locais e regionais.</i>	<i>Estrutura humana e pedagógica das unidades IFPR incompatível com a realidade local e regional.</i>
Visão Externa	Oportunidades	Ameaças
Política (Pedagógica)	<i>Criação de Fórum Estadual no âmbito do IFPR para discussão com a comunidade e outros atores sociais em vistas da regionalização da Educação Tecnológica no âmbito dessa autarquia.</i>	<i>Pressão política de outros ofertantes de Ensino Médio, como Rede Estadual e Sistema Privado. Resistências para a conformidade das políticas institucionais da Rede Federal para o IFPR. Trabalho institucional isolado de outros atores sociais.</i>
Econômica	<i>Otimização dos recursos orçamentários, humanos e logísticos dos Campus com novos públicos para ações de Ensino Médio. Ampliação da capacidade de demanda na oferta dos cursos de Ensino Médio (aluno por turma).</i>	<i>Restrição orçamentária nos subsídios institucionais para alunos (auxílio transporte, auxílio alimentação etc.) Melhor infraestrutura para ensino profissionalizante no Sistema S (Senai, Senac).</i>
Social	<i>Redimensionamento do público-alvo (jovem/adulto) para Ensino Médio. Atendimento de outras populações sugeridas nas políticas públicas (jovens empregados, desempregados, indígenas, etc.) Empenho dos servidores de todos os setores do Campus na fase de divulgação dos processos seletivos.</i>	<i>Insuficiente divulgação e conhecimento das atividades do IFPR (Campus) na regionalidade. Preconceitos e desconhecimento da população referente a Educação Tecnológica. Grupos territoriais isolados da possibilidade de acesso ao Campus (quilombolas, indígenas, mulheres sem formação profissional definida, etc.)</i>
Tecnológica	<i>Redimensionamento da Estrutura do Campus Replicação da metodologia de planejamento com indicadores para todas as Unidades dos IFs.</i>	<i>Cursos em falta de sintonia com as grandes tendências de mercado futuro.</i>
Ambiental	<i>Existência de demanda (público diferente) para os cursos de Ensino Médio (estudo específico). Interesse populacional local e regional pelas ações do IFPR. Contribuição do IFPR com o desenvolvimento populacional local (retenção e atração)</i>	<i>Cursos do IFPR desfocados da realidade econômica e com pouca viabilidade empregatícia na região e localidade dos Campus. Cursos que impulsionam a evasão de população economicamente ativa formada para outras regiões.</i>

3.6 Parâmetros para Novos Cenários

A apresentação da pesquisa ampara-se no Princípio da Eficiência Pública (Art. 37, CF/88). Adota-se como conceito de eficiência: “aquele relacionado ao emprego de recursos de forma a obter a melhor relação custo/benefício entre os objetivos estabelecidos e os recursos utilizados” (GOMES, 2009). A eficiência na gestão pública correlaciona-se com a probidade (discricionariedade) de não causar prejuízos à administração pública (moralidade), a publicidade das ações públicas e a impessoalidade, destacando-se o interesse da sociedade, resguardando a supremacia da competência pública. Portanto, o estudo não se limita ao interesse de parâmetros de custos (econômicos e financeiros), mas se amplia para o cumprimento de objetivos organizacionais (eficácia) e de resultados (efetividade). Ou seja, trata-se de fomentar parâmetros racionais do múnus público, o qual deveria nortear os administradores na gestão pública. Entretanto, fatores políticos, organizacionais, culturais, psicológicos, dentre outros, podem ser preponderantes nas decisões administrativas; destarte, a racionalidade fundamentada em indicadores pode ser negligenciada.

O trabalho apresentado em dados, informações e indicadores suscita questões para reflexões e ações dessa autarquia: Os dados e informações propostas possuem aplicabilidade e utilidade para a autarquia educacional em questão? Esta pesquisa causa algum tipo de impacto nas atuais ações do IFPR? Quais os setores institucionais mais afetados? Seria possível a revisão de prioridades na relação oferta/demanda nas ações de ensino do IFPR? Haveria interesse dos *staffs* gerenciais da autarquia para novas perspectivas na oferta de cursos para o cidadão paranaense? Podem-se atribuir tais fatores populacionais na taxa de inscritos nos processos seletivos 2015 e 16 e nos efetivos alunos matriculados? A teoria proposta sustenta-se na prática das unidades? Quais seriam as alternativas possíveis diante dos cenários apresentados?

Considerando as unidades educacionais do IFPR, em atividade ou previstas, presentes 50% das microrregiões do Paraná, sugerem-se atitudes pró-ativas, como:

A) Ênfase em ações qualitativas da instituição, sem descuidar dos

fatores quantitativos na relação oferta e demanda de vagas para Ensino Médio integrado e concomitante.

B) Subsídio e apoio aos gestores locais, a fim de serem mais efetivos em suas unidades.

C) Observação dos fundamentos propostos no Observatório Regional: “A produção local tem se mostrado melhor escudo para as crises globais” (HELLMANN, 2014, p.176). Ou seja, reforço de empreendimentos viáveis, inovadores e de atendimento local/regional.

D) Tomada de decisões considerando períodos médios e longos de acordo com o TAM, não se limitando a soluções imediatistas.

E) Apresentação de alternativas viáveis, mensuráveis e possíveis para concretização das metas de políticas públicas para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT).

F) Manutenção de equilíbrio entre ideais inovadores (pedagógicos, profissionais e de mercado) e a realização efetiva e quantitativa (recursos estruturais, econômicos, financeiros e humanos).

G) Divulgação deste estudo nas unidades do IFPR, envolvendo a comunidade na atualização e ratificação dos dados e se discutindo alternativas locais e inovadoras.

Considerando-se os estudos que precedem este, deduz-se que as significativas alterações no perfil populacional do Estado do Paraná têm convergência no público-alvo para cursos de Ensino Médio integrado e concomitante; portanto, a autarquia não poderia negligenciar tais cenários populacionais e educacionais, pois a determinado tempo haverá reflexos em sua infraestrutura. Faz-se necessário rever público e formato de oferta de cursos de Ensino Médio para a população paranaense. Esse será o tema do próximo estudo e desafio para o Observatório Regional do IFPR.

4 NOVOS PARÂMETROS POPULACIONAIS E EDUCACIONAIS

4.1 Contexto

Como ente público federal na condição de autarquia, o IFPR prima por seguir as orientações políticas, legais e hierárquicas do Ministério da Educação, coordenado pela SETEC. Os procedimentos consequentes que se

materializam nas suas ações podem refletir três parâmetros para o Estado do Paraná: estritamente o cumprimento normativo, a adequação macrorregional limitada ao território paranaense ou a realização desafiadora com caráter inovador.

Neste contexto, os estudos populacionais e educacionais visam fomentar no IFPR ferramentas que amparem tecnicamente as decisões e também tenham aspecto inovador na gestão da Rede Federal.

Na primeira parte do trabalho, situaram-se o contexto e a tendência populacional das unidades no território paranaense. Na segunda, os dados reforçam a situação anterior como problematização próxima no tempo e no espaço para os *Campus*, considerando a diversidade regional do Paraná. Por fim, a terceira etapa propõe alternativas para os cenários anteriores apresentados; portanto, possuem perspectivas positivas e proativas.

Os fundamentos desta última perspectiva asseveram-se: nas diretrizes que orientam a criação dos Institutos Federais de Educação, destacam-se na inserção regional e no atendimento das pessoas que necessitam de formação técnica e científica, mas não possuem as condições econômicas e sociais (ex. faixa etária) estipuladas por outros ofertantes (rede estadual, municipal e privada).

No contexto atual, as ações de ensino, pesquisa e extensão estabelecem alguns desafios para o IFPR: se, para cumprir a meta de 50% de vagas para Ensino Médio, continuar ofertando ensino integrado e concomitante, tende-se a acirrar a disputa por alunos e estudantes na faixa etária entre os diferentes atores sociais (Federal, Estadual e Privado); conseqüentemente, lograriam êxito os entes mais eficientes e eficazes na fase de divulgação e manutenção dos estudantes. Há condições no IFPR para ter sucesso nesta “disputa de mercado”? Seria esse o público para efetiva realização da missão institucional? O Ensino Médio integrado em 4 anos é fator positivo neste contexto? Os cursos atualmente ofertados estariam alinhados à oferta/demanda das realidades econômicas regionais? Por que o jovem escolheria o IFPR e não outro ofertante? Em relação aos cursos subsequentes de Ensino Médio, o que levaria o jovem/adulto a realizar cursos técnicos de 2 a 4 anos, quando poderia ingressar em cursos Tecnólogos com status de nível

superior e respaldo das categorias de classe? A oferta de cursos subsequentes de Ensino Médio pelo IFPR, na modalidade ensino à distância, seriam potenciais concorrentes intrainstitucionais na demanda populacional? Se a Instituição considerar a inviabilidade na oferta/demanda para Ensino Médio e reforçar oferta de cursos superiores, não interfeririam em políticas e recursos públicos de outros entes da esfera estadual e federal?

Essas são apenas algumas questões; outras surgirão na análise dos dados e informações que serão apresentados nos novos cenários, também objetivo deste trabalho. Não se trata de direcionar o caminho para a eficiência institucional na relação candidato/vaga, mas sugerir possibilidades e ampliar horizontes. Tais oportunidades também contêm desafios externos (do público-alvo) e internos (adequação de estrutura humana e pedagógica).

A proposição geral é apresentar possível demanda identificada entre a População Economicamente Ativa (PEA) após os 18 anos, mas com formação educacional entre o Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto. Em relação aos estudos anteriores, o público citado demonstra haver maior margem populacional disponível e com menos atuação de atores públicos e privados ofertantes para esta demanda que se apresenta.

4.2 Descrição da metodologia para novos Cenários e Indicadores

A estrutura metodológica tem os mesmos procedimentos dos trabalhos anteriores, tanto quanto ao período de estudo quanto às fontes: IPARDES, IBGE e Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

4.2.1 Indicadores

A) População Economicamente Ativa (PEA): foram consideradas as pessoas estratificadas no Censo de 2010, mas que a partir de 2015 teriam alcançado 18 anos ou mais. Optou-se por este indicador porque inclui a População Ocupada (Empregados, conta própria, empregadores e não remunerados) e a População Desocupada (não tinham trabalho na época da pesquisa, mas estavam disponíveis para ocupação)³⁰.

³⁰ Informações detalhadas sobre a definição dos indicadores estão disponíveis no site do IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego/ Notas Metodológicas/2. Conceitos principais:

B) Pessoas Empregadas com Ensino Fundamental Completo (EFC): com base em dados de 2014, possuem potencial de prosseguirem seus estudos na etapa seguinte do ensino regular do Ensino Médio.

C) Pessoas Empregadas com Ensino Médio Incompleto (EMI): com base em dados de 2014, possuem potencial para concluírem estudos na etapa do ensino regular na qual se encontram, mas também possibilidade para frequentar cursos subsequentes do Ensino Médio.

D) Potencial de Pessoas Empregadas com (EMI + EFC) sobre o total de PEA: este indicador gera um público estimado em pessoas que, potencialmente, encontravam-se com ou sem trabalho, necessitando complementar os estudos de nível médio.

E) Diferença entre População Censitária (2010) e Estimada (2015): indicador já utilizado na formação de cenários populacionais, tem a intenção de corrigir a atualização entre o censo e estimativa realizada pelo IBGE.

4.2.2 Cenários

A) Propõem-se quatro cenários distintos, similares aos cenários apresentados no estudo anterior³¹, sendo que as possibilidades se modificam ao acrescentar diferentes indicadores, ampliando ou reduzindo o número provável de pessoas para os cursos subsequentes e superiores. A referência deste cenário é o conjunto de pessoas na idade ideal de 15 a 17 anos, não estratificadas.

B) Indicadores: utilizam-se quase os mesmos indicadores do estudo anterior. Difere-se a taxa de matrícula no Ensino Médio, na qual se relacionam as matrículas do sistema federal, mas não são contabilizadas na elaboração dos cenários, pois esses são potenciais para o IFPR. O indicador Censo Populacional refere-se ao total do agrupamento em idade ideal e não estratificada.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>

³¹ Convergente à demanda educacional para cursos de Ensino Médio integrados e concomitantes.

4.3 Quadros de Novos Cenários e Indicadores

4.3.1 Quadro de Indicadores e Cenários para Cursos de Nível Médio

Quadro 6 – Novos Cenários de Demanda Populacional para Ensino Médio

NOVOS CENÁRIOS DE DEMANDA POPULACIONAL PARA NÍVEL MÉDIO							
PREVISÃO POPULAÇÃO COM 18 ANOS OU + PARA CURSOS DE NÍVEL MÉDIO	População Econômica Ativa (PEA)*	Pessoas Empregadas com EFC**	Pessoas Empregadas com EM ***	Potencial EFC + EM sobre PEA	Público Potencial descontando Matrículas Modalidades EJA	População Censitária (2010) e Estimada (2015)	População Potencial
Indicadores				CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C	
	Pessoas	Percentual	Percentual	Pessoas	Pessoas	Percentual	Pessoas
Campus do IFPR	2010	2014	2014	2010/2014	2010/2014	2010-2015	2015
Estado do Paraná	5.512.122	11%	9%	1.068.191	935.036	6,88%	999.358
Assis Chateaubriand	16.929	5%	7%	2.074	1.223	3,03%	1.260
Astorga	13.947	9%	13%	3.067	2.956	5,17%	3.109
Barracão	5.169	11%	10%	1.071	926	5,10%	974
Campo Largo	59.721	17%	8%	15.100	14.416	10,43%	15.919
Capanema	11.113	16%	9%	2.834	2.492	4,04%	2.593
Cascavel	159.885	9%	11%	31.715	27.704	9,28%	30.277
Colombo	114.729	14%	10%	27.766	25.546	9,14%	27.881
Coronel Vivida	12.050	12%	9%	2.497	2.387	0,45%	2.397
Curitiba	988.230	8%	6%	145.431	121.930	7,27%	130.800
Foz do Iguaçu	132.029	10%	12%	29.323	24.053	3,00%	24.776
Goioerê	14.609	9%	12%	3.104	2.323	2,36%	2.377
Irati	29.503	16%	9%	7.233	6.551	6,23%	6.959
Ivaiporã	16.650	9%	8%	2.820	1.615	2,81%	1.661
Jacarezinho	19.449	10%	9%	3.590	2.295	2,87%	2.360
Jaguariaíva	14.292	11%	8%	2.671	2.065	5,71%	2.183
Londrina	274.027	10%	9%	51.867	46.450	8,20%	50.259
Palmas	19.208	20%	13%	6.362	5.770	11,16%	6.414
Paranaguá	66.307	14%	9%	15.380	12.620	7,25%	13.536
Paranavaí	43.469	9%	9%	7.668	6.063	6,35%	6.448
Pinhais	61.036	12%	9%	12.886	11.180	8,58%	12.139
Pitanga	17.614	13%	7%	3.597	2.982	-0,67%	2.962
Quedas do Iguaçu	15.416	13%	11%	3.777	3.163	7,77%	3.409
Telêmaco Borba	32.078	16%	7%	7.333	6.460	8,50%	7.009
Umuarama	55.467	8%	8%	9.096	7.428	7,49%	7.985
União da Vitória	25.912	13%	9%	5.531	4.270	6,69%	4.556

*PEA de 2010 com mais de 19 anos atualmente; ** Ensino Fundamental Completo; ***Ensino Médio Incompleto;Fonte: IPARDES/ Adaptação da PROPLAN do IFPR

4.3.1.1 Comentário dos Novos Indicadores e Cenários

Por se tratar de trabalho científico, o pesquisador não pode se furtar a apresentar as diferenças entre o estimado e o realizado; se há divergências, não significam necessariamente erro, mas a proposição de novas hipóteses e respostas.

Pergunta-se: dos alunos que ingressaram no 1º ano do Ensino Médio, quantos estão na idade de 15 anos? Se estiverem aquém ou além, fazem parte do quantitativo populacional fora da “idade ideal”. Os indicadores de matrícula do Censo de 2014, apresentados anteriormente, demonstram elevação de 11,6% na faixa etária entre 12 e 14 anos na totalidade estadual. Cidades polarizadoras, especialmente Regiões Metropolitanas, poderiam influir positiva

ou negativamente no quantitativo populacional não autóctone. Estratégias efetivas para diminuição da evasão e da repetência podem influenciar na disponibilidade quantitativa de alunos nos anos finais do Ensino Fundamental. Fatores econômicos conhecidos em parte, como no caso de Telêmaco Borba³², onde a instalação de grandes empresas desencadeou a geração de empregos diretos e atrelou muitos outros indiretos, podem ser relevantes para as variações populacionais locais e regionais. A carência de estudos socioeconômicos dos *Campus* não inclui outros fatores endógenos locais e regionais que poderiam influenciar as dinâmicas populacionais. No quadro abaixo, não se relacionaram dados microrregionais; provavelmente, haverá maior influência populacional nas unidades de Fronteira (estadual ou nacional). O empenho local da gestão (direção e outros servidores) no período de seleção pode ser o diferencial na relação candidato/vaga em ocasião dos processos seletivos para os cursos regulares no IFPR.

Considerando a premissa da SETEC, segundo a qual o IFPR deveria oferecer 50% de vagas direcionadas à demanda educacional de Ensino Médio, e os pressupostos populacionais/educacionais apresentados em estudos anteriores (diminuição populacional e desarmonia entre entes público – Estado e Federação), esse novo cenário apresenta-se como alternativa de conciliação entre as ações das unidades e a missão institucional, no cumprimento de diretrizes institucionais e na otimização das estruturas do IFPR.

No Quadro 6, o Cenário A propõe possível potencial de pessoas que pertencem à PEA (População Economicamente Ativa) com Ensino Fundamental completo, mas não iniciaram ou não concluíram o Ensino Médio. Se estas pessoas estiverem empregadas, a complementação da educação formal possibilitaria a elas o prosseguimento dos estudos (verticalização e itinerários formativos) técnicos subsequentes, tecnólogos e superiores. Se estiverem desempregadas, maior será a necessidade de qualificação para reingresso no mundo do trabalho. O Cenário B possui números ainda mais específicos, pois considera as pessoas matriculadas nos cursos de Educação de Jovens e

³² Os indicadores do Observatório Regional sugerem para o município de Telêmaco Borba: Indústria de Transformação decorrente da atividade de extração e transformação da madeira em celulose e outros derivados representavam 68,8% do PIB municipal (2013); setor responsável por 39% dos empregos (2014); 2% da população estava na área rural (2010); a migração foi 1,3 positiva (2005 a 2010); até 2030 prevê-se aumento de 13% da população.

Adultos (não especifica o nível, se Ensino Fundamental ou Médio). No Cenário C, acrescentou-se a diferença percentual entre o Censo e a População Estimada. Exceto no município de Pitanga, em todas as demais unidades o percentual é positivo em média 7%, mas pode chegar a 11% (Palmas) do potencial populacional para potenciais alunos nos cursos de Ensino Médio.

Portanto, o Quadro 6 apresenta cenários contrastantes positivamente em relação às informações dos cenários do Quadro 3, focado no público entre 14 e 17 anos. Contudo, esses novos cenários carregam vários desafios que serão abordados posteriormente, como público com faixa etária variada (EJA), pessoas em atividade no mercado de trabalho e horário alternativo para continuidade no estudo formal.

4.3.2 Quadros de Novos Cenários e Indicadores Pós Ensino Médio

Quadro 7 – Cenários Populacionais para Cursos Pós-Ensino Médio

CENÁRIOS POPULACIONAIS E EDUCACIONAIS PARA NÍVEL PÓS-MÉDIO OU MÉDIO SUBSEQUENTES EM 2015				
Fórmula	(G-D)	(G - (D+(D*(E+F))))	(G+(G*H) - (D+(D*(E+F))))	(G+(G*H+I) - (D+(D*(E+F))))
Possibilidades	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário D
Descrição dos Indicadores/ Unidades do IFPR	Censo Populacional 2010-Total de Matrículas 2014 de Ensino Médio	Censo Populacional 2010-Total de Matrículas 2014 + (Taxa Evasão e Repetência)	Censo Populacional 2010+ (Taxa de Migração)-Total de Matrículas 2014 + (Taxa Evasão e Repetência)	Censo Populacional 2010+(Taxa de Migração+Diferença Censo)- Total de Matrículas 2014 + (Taxa Evasão e Repetência)
Estado do Paraná	66.381	155.951	154.983	191.979
1. Assis Chateaubriand	115	463	393	440
2. Astorga (CA)	146	338	347	405
3. Barracão (DE/RF)	61	183	155	184
4. Campo Largo (RMC)	783	1.533	1.740	2.369
5. Capanema	-32	100	74	109
6. Cascavel (RM)	-14	2.435	2.316	3.685
7. Colombo (RMC)	4.379	6.607	7.676	8.793
8. Coronel Vivida (CA)	181	274	180	185
9. Curitiba (RMC)	-824	13.083	10.654	16.246
10. Foz do Iguaçu (RF)	2.285	4.962	3.788	4.227
11. Goioerê	234	445	327	361
12. Irati	156	569	514	690
13. Ivaiporã	4	156	49	91
14. Jacarezinho (RMLO)	450	806	751	808
15. Jaguariaíva	213	477	399	507
16. Lapa (CA/RMC)	233	520	495	633
17. Londrina (RMLO)	1.825	6.194	6.175	8.099
18. Palmas	1.133	1.589	1.311	1.623
19. Paranaguá	1.172	2.866	2.693	3.286
20. Paranavaí	270	745	662	910
21. Pinhais (RMC)	-107	1.360	1.751	2.269
22. Pitanga	292	475	275	262
23. Quedas do Iguaçu (CA)	422	627	475	626
24. Telêmaco Borba	343	1.148	1.199	1.535
25. Umuarama (RM)	-40	646	677	1.012
26. União da Vitória (DE)	291	846	675	877

Abreviações: CA - Campus Avançado; DE (Divisa com Estado); RM - Região Metropolitana; RMC - Região Metropolitana de Curitiba; RMLO - Região Metropolitana de Londrina. Público previsto na sequência de curso pós Ensino Médio segundo a faixa etária até 18 anos. Fonte: A adaptação PROPLAN/ Coordenadoria de Projetos Organizacionais e Indicadores.

Quadro 8 – Indicadores Educacionais e Popacionais para Cursos Pós-Ensino Médio

INDICADORES EDUCACIONAIS E POPACIONAIS NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTES OU PÓS-MÉDIO NAS UNIDADES DO IFPR EM 2015									
Indicadores da Fórmula	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Descrição dos Indicadores	Indicadores Educacionais					Indicadores Popacionais			
	Taxa de Matrícula no Ensino Médio				Taxa de Repetência Final do EF	Taxa de Evasão Final do EF	Censo Popacional Atualizado de 15 a 17 anos	Taxa de Migração	Diferença Censo e População Estimada
	Sistema Público Federal	Sistema Público Estadual	Sistema Privado	Total de Matrículas (Exceto Federal)					
Período	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2010	2005-2010	2010-2015
Unidades do IFPR	Nº de Alunos	Nº de Alunos	Nº de Alunos	Nº de Alunos	Percentual	Percentual	Unidade de Pessoas	Percentual	Percentual
Estado do Paraná	4.691	407.453	63.966	471.419	12,6%	6,4%	537.800	-0,18%	6,88%
1. Assis Chateaubriand	114	1.354	71	1.425	17,6%	6,8%	1.540	-4,54%	3,03%
2. Astorga*	0	896	78	974	13,0%	6,7%	1.120	0,83%	5,17%
3. Barracão	0	488	17	505	13,6%	10,5%	566	-4,84%	5,10%
4. Campo Largo	40	4.565	680	5.245	9,3%	5,0%	6.028	3,44%	10,43%
5. Capanema	0	910	0	910	8,5%	6,0%	878	-2,97%	4,04%
6. Cascavel	68	12.519	2.236	14.755	9,8%	6,8%	14.741	-0,81%	9,28%
7. Colombo	0	7.552	294	7.846	18,0%	10,4%	12.225	8,74%	9,14%
8. Coronel Vivida*	0	885	68	953	6,3%	3,5%	1.134	-8,36%	0,45%
9. Curitiba	2.093	56.753	20.938	77.691	12,6%	5,3%	76.867	-3,16%	7,27%
10. Foz do Iguaçu	212	10.261	2.075	12.336	15,3%	6,4%	14.621	-8,03%	3,00%
11. Goioerê	0	1.135	100	1.235	11,5%	5,6%	1.469	-8,06%	2,36%
12. Irati	115	2.386	278	2.664	8,9%	6,6%	2.820	-1,95%	6,23%
13. Ivaiporã	127	1.227	231	1.458	5,2%	5,2%	1.462	-7,26%	2,81%
14. Jacarezinho	272	1.351	205	1.556	13,9%	9,0%	2.006	-2,78%	2,87%
15. Jaguariaíva	0	1.441	241	1.682	7,4%	8,3%	1.895	-4,12%	5,71%
16. Lapa*	0	2.039	89	2.128	11,4%	2,1%	2.361	-1,08%	5,84%
17. Londrina	109	17.622	4.008	21.630	17,3%	2,9%	23.455	-0,08%	8,20%
18. Palmas	74	1.344	321	1.665	16,1%	11,3%	2.798	-9,96%	11,16%
19. Paranaguá	247	6.108	892	7.000	17,8%	6,4%	8.172	-2,12%	7,25%
20. Paranaíba	183	2.557	1.071	3.628	9,5%	3,6%	3.898	-2,13%	6,35%
21. Pinhais	0	5.365	771	6.136	13,7%	10,2%	6.029	6,50%	8,58%
22. Pitanga	0	1.490	113	1.603	10,3%	1,1%	1.895	-10,53%	-0,67%
23. Quedas do Iguaçu*	0	1.497	25	1.522	7,2%	6,3%	1.944	-7,86%	7,77%
24. Telêmaco Borba	230	3.007	602	3.609	16,9%	5,4%	3.952	1,30%	8,50%
25. Umuarama	41	3.524	990	4.514	9,1%	6,1%	4.474	0,68%	7,49%
26. União da Vitória	0	2.372	360	2.732	11,90%	8,40%	3.023	-5,65%	6,69%

Fontes: 1, 2, 3 - Secretaria Estadual de Educação do Paraná/ Superintendência de Desenvolvimento Educacional – SUDE; 4 – Adaptação PROPLAN/IFPR; 5– IparDES/BDE Web/Taxa de Repetência; 6 – IparDES/ Anuário Estatístico do Estado do Paraná – 2013/ Item 5.1 Indicadores Sociais e Demográficos; 7 – IparDES/BDE Web/População Censitária; 8 – População Estimada/População Censitária. Adaptação PROPLAN/IparDES

4.3.3 Comentários dos Novos Cenários para o Pós Ensino Médio

Nos quadros 07 (Cenários) e 08 (Indicadores), propõe-se o potencial de pessoas para os cursos Pós-Ensino Médio, sejam eles subsequentes ou superiores. Em geral, os quantitativos são positivos em todos os Cenários, exceto em 05 unidades no Cenário A. Haveria então um potencial populacional interessante para quem termina o Ensino Médio e pretende se qualificar no Ensino Técnico e Profissionalizante. Esses cenários também são positivos como potencial na verticalização institucional se as pessoas prosseguirem seus estudos em nível superior, especialmente nos cursos tecnológicos e de graduação. Portanto, nesses cenários, os cursos de Ensino Médio subsequentes e concomitantes seriam mais uma alternativa para os desafios dos cenários restritivos de Ensino Médio integrado.

Entre os desafios propostos na 34ª reunião da Reditec, que corroboram

com os temas estudados, destacam-se: a) Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. b) Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. c) As metas requerem mudanças no valor social da formação técnica e profissional. A EPT deveria tornar-se escolha natural para os jovens do Ensino Médio. Além desses, há outros desafios, tratando-se de questões políticas, curriculares³³ e “culturais que impactam na atratividade dos jovens do ensino médio pela formação técnica” (FERES, 2015).

No caso do Estado do Paraná, concitam-se duas situações: A) As metas do Plano Estadual de Educação, que pretende atender 100% da população em idade ideal para cursos do Ensino Médio, inclusive ofertando cursos concomitantes. B) Na autarquia paranaense (IFPR), os Itinerários Formativos, a Certificação de Saberes (EJA) e o Ensino a Distância (EAD) necessitam de políticas renovadas para não conflitarem com interesses semelhantes em setores públicos da mesma esfera, gerando sobreposição de recursos públicos de diferentes esferas, mas com a mesma finalidade social, ou ainda conflitarem com outros setores (Estado, Sistema S)³⁴.

Este estudo sugere alternativas para a questão quantitativa de alunos para frequentarem os cursos de Ensino Médio Técnico integrado, concomitante ou subsequente, transcendendo a faixa etária até 18 anos ou logo posteriores. Também há de se verificar se há estrutura pedagógica e humana na autarquia para sustentar as novas demandas de público jovem/adulto e em diferentes períodos, como o “noturno”.

Propostos os desafios, acredita-se na capacidade de adaptação e adequação da autarquia na Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT), tendo como horizonte a gestão administrativa pública eficiente, eficaz e efetiva.

³³ A oferta do curso de ensino integrado com 4 anos pode ensejar eficácia de aprendizagem (tempo e conteúdo), mas também arrojo para o tempo de permanência do jovem no nível técnico profissionalizante.

³⁴ A Reditec possui como propostas a “proximidade como o setor produtivo e a coordenação pela SETEC dos cursos técnicos e tecnológicos”, em qualquer setor e nível de oferta.

5 CONCLUSÃO

Diante dos cenários de alterações no perfil populacional, a diminuição do número de jovens até 18 anos e o aumento de ofertantes de vagas para cursos de Ensino Médio, o estudo propõe como alternativa novos focos em públicos jovem/adulto. Para tal, faz-se necessário conhecer melhor as localidades e microrregiões nas quais estão inseridos os *Campus* do IFPR.

O estudo propõe parâmetros, não como condição “*sine qua non*”. Os indicadores e cenários podem servir, entre outros, como sinal para o conhecimento e melhor construção identitária do IFPR em sua localidade e região. Por exemplo, se o número de candidatos por vaga tem aumentado e está acima dos números propostos nos cenários, é possível deduzir a elevação do grau de atratividade institucional.

Portanto, o trabalho pode suscitar questionamentos e indicar perspectivas que até o presente não se haviam vislumbrado. O consenso pode ser a razão de ser da Instituição. Cita-se passagem do filósofo Aristóteles:

Se há, então, para as ações que praticamos alguma finalidade que desejamos por si mesmas, sendo tudo mais desejado por causa dela, e se não escolhermos tudo por causa de algo mais (se fosse assim, o processo prosseguiria até o infinito, de tal forma que nosso desejo seria vazio e vão), evidentemente tal finalidade deve ser o bem e o melhor dos bens. (ARISTÓTELES, 1985, p. 17)

Neste caso, o bem maior seria a realização efetiva – eficiente e eficaz – da missão institucional, mesmo que para isso se necessite rever ações, objetivos e diretrizes. A efetivação da ética pública fundamenta-se também no Princípio da Isonomia e da Razoabilidade do Serviço Público. Eles são fatores de ponderação dos atos administrativos e pautam os relatórios do Tribunal de Contas da União. Para amparar legalmente as proposições deste trabalho, sugere-se revisão nos documentos institucionais como PDI, Planejamento Estratégico do *Campus*, entre outros.

Além desses fundamentos, citam-se outras propostas e iniciativas institucionais, como a do Observatório Regional, com fundamento técnico, científico e metodológico, possibilitando meios de aproximação entre as atividades situacionais da autarquia e o desenvolvimento regional sustentável.

Entretanto, seria pertinente dar amplo conhecimento desses desafios *intra* e *extra* instituição, a fim de possibilitar um planejamento amparado em

informações técnicas e mensuráveis, auxiliando na tomada de decisões político-administrativas com suporte hodierno, sem comprometer recursos num futuro próximo.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

ÁVILA, H. A.; SANTOS, M. P. S. A Utilização de Cenários na Formulação e Análise de Políticas para o Setor Público. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro v. 22, n. 4, p.17-33, out./dez. 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9382/8445>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

BASTOS, M. Análise SWOT (Matriz): Conceito e aplicação. **Portal Administração**, 2013. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/01/analise-swot-conceito-e-aplicacao.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Cria Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e Dá Outras Providências. **Palácio do Planalto Presidência da República**. Brasília. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 12 jan. 2016.

CANÇADO, A. C.; CARVALHO, J. E. F. B.; PEREIRA, J. R. Gestão e Racionalidade: Análise da Metodologia de Incubação de Cooperativas Populares da Itcp/Nesol/Uft. Santa Cruz do Sul: **Revista REDES**. v. 16, n. 3, p. 5 – 27, set./dez., 2011.

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2004.

CINTRA, A. P. U. População e planejamento: o bônus demográfico. **Comunicado para o Planejamento**. Curitiba: Ipardes, n. 10, maio 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/comunicados_planejamento/Comunicado_Planejamento_10.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CINTRA, A. P.; DELGADO, P.; MOURA, R. **Deslocamentos Intermunicipais para Trabalho e Estudo**. 21. ed. Curitiba: Ipardes, 2012. Disponível em: <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Comunicado_Planejamento_21.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ (FIEP). **Plano Estadual de Logística e Transporte do Paraná: PELT-2020**. Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Conselho Regional de Engenharia,

Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA-PR). Instituto de Engenharia do Paraná (IEP). Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado do Paraná (SICEPOT). [Curitiba], 2015. <Disponível em: [http://www.fiepr.org.br/para-empresas/conselhos/infra_estrutura/uploadAddress/pdf_pelt_web\[21172\].pdf](http://www.fiepr.org.br/para-empresas/conselhos/infra_estrutura/uploadAddress/pdf_pelt_web[21172].pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. **Propostas para Competitividade da Indústria Paranaense:** recomendações para política industrial. Curitiba: Senai/PR, 2014.

_____. **Paraná em Dados.** Curitiba: Observatórios Sesi/Senai/IEL, 2015.

_____. **XX Sondagem Industrial:** a visão dos líderes das indústrias paranaenses. 2015-2016. dez. 2016. 56 p. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/para-empresas/estudos-economicos/uploadAddress/sondagem201516_ok_site%5B66937%5D.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.

FERES, M. M. Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento da EPT no Brasil até 2024. In: Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação - REDITEC, 29., Fortaleza, 21 out. 2015.

FERREIRA, J. F. **Bônus Demográfico Brasileiro:** Impactos e Oportunidades. FAE Centro Universitário. Curitiba: Vitrine da Conjuntura. v. 6, n. 4, jun. 2013.

FERREIRA, S. B. S. O planejamento territorial do Paraná. In: PEIXOTO, Elane R. et al (Org.). Tempos e escalas da cidade e do urbanismo. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 13., **Anais...** Brasília, DF, Universidade Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/planejamento-territorial-do-parana>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

FIORENTINO, G. et al. **As Oito Grandes Tendências de Crescimento até 2020.** São Paulo: Bain & Company, 2012.

GOMES, C. A.; CARNIELLI, B. L.; ASSUNÇÃO, I. R. A expansão do ensino médio e a educação de jovens e adultos: alternativa negligenciada de democratização? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília: v. 85, n. 209-211, p. 29-45, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ucb.br/jspui/handle/123456789/232>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

GOMES, E. G. M. **Gestão por Resultados e Eficiência na Administração Pública:** uma análise à luz da experiência de Minas Gerais. São Paulo: EAESP/FGV, 2009, 187 p. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo da EAESP/FGV). - EAESP/FGV, São Paulo, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Plano Estadual de Educação do Paraná:** 2015-2025 (PEE-PR). Curitiba: 2015. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/PEE/Anexo_18492.pdf>. Acesso em: 12 jan.2016.

HELLMANN, G. J. **O Observatório** Regional como Ferramenta de Gestão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: o Caso do Instituto Federal do Paraná. **R.B.D.R.** Blumenau: PPGDR/Universidade Regional de Blumenau. v.2, n.2, p. 153-184, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Observatório Regional do IFPR.** Documentos Institucionais. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/documentos-institucionais/observatorio-regional/>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 6. ed., 2005.

LOMBA, L. Secretaria da Educação pode fechar 150 escolas estaduais em 2016. **Gazeta do Povo.** Curitiba: 21 de out. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/secretaria-da-educacao-pode-fechar-150-escolas-estaduais-em-2016-9l1g0selt2cskwqpy00ob3y00>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

MARTIN, P. E. M. M.; PIERANTI, O. P. P. **Estado e Gestão Pública:** visões do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. A Indústria do Estado do Paraná: estrutura, características setoriais e regionais. **SEADE,** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/industr_pr.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:** um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica. Concepção e Diretrizes. SETEC. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/publicacoes>> Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Brasília: MEC/SASE, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica.** Concepções e Diretrizes. Brasília, 2010.

_____. **Documento Base.** Brasília: SETEC. dez., 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. **Termo de Acordo de Metas e Compromissos.** Brasília, 15 jul. 2010. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/Termo_Acordo_de_MetasIFPRxSETEC_assinado1.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. PINTEC

Pesquisa e Inovação. IBGE, 2011. Disponível em:
<http://www.pintec.ibge.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=28&Itemid=45>. Acesso em: 12 jan. 2013.

OLIVEIRA, D. P. R. **Introdução à Administração**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2007.

PEREIRA, J. M. **Curso de Gestão Estratégica na Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2012.

PEREIRA, T. Paraná repete São Paulo e anuncia fechamento de escolas estaduais Governo Beto Richa confirma fechamento de até 40 escolas. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 26 out. 2015. Disponível em:
<<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2015/10/parana-repete-sao-paulo-e-anuncia-fechamento-de-escolas-estaduais-6271.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Decreto nº 6633, de 5 de novembro de 2008. Altera e Acresce Dispositivos Ao Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, Aprovado Pelo Decreto N. 61.843, de 5 de Dezembro de 1967. **SENAC**. Brasília, 5 nov. 2008. Disponível em:
<<http://www.senac.br/psg/diretrizes/anexos/decreto-6633.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

RAMOS, A. G. **Administração e Contexto Brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

ROSSETTO, A. M. **Teoria Institucional e Dependência de Recursos na Adaptação Organizacional**: uma visão complementar. São Paulo: RAE-eletrônica, v. 4, n. 1, jan./jul., 2005. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a10>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SAIBA O QUE VAI MUDAR COM A REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO EM SP. **G1 São Paulo**. São Paulo, 06 out. 2015. Disponível em:
<<http://G1.Globo.Com/Sao-Paulo/Noticia/2015/10/Saiba-O-Que-Vai-Mudar-Com-Reestruturacao-Do-Ensino-Em-Sp.Html>> Acesso: 10 jan. 2016.

SANTOS, H. P.; MAGALHÃES, M. V.; DELGADO, P. R. **Projeção da População Total dos Municípios do Paraná para o Período 2016-2030**: alguns resultados. Curitiba: Ipardes, 2015. Disponível em:
<http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/projecao_populacao_Parana_2016_2030_set.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2016.

SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ (SEED). **Boletim Resultados do Censo Escolar**. Curitiba, n. 1, jan. 2014. Disponível em:
<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/boletim_censo_escolar_ed1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Comparativo de matrículas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio na Rede Pública - Paraná - 2013. **Boletim Resultados do Censo Escolar**. Curitiba, n. 2, fev. 2014. p. 1-6. Disponível em:

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/boletim_censo_escolar_ed2.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.

SETEC. **Indicadores Socioeconômicos**. [Brasília], [201?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_pr.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

Enviado em: 16 fev. 2016

Aceito em: 19 abr. 2016

Editor responsável: Alysson Artuso